

EMENDA MODIFICATIVA Nº 80 AO PLE Nº 13/2022

Modifica o Projeto de Lei do Executivo nº 13, de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e acrescenta-lhe dispositivo normativo.

Artigo Único. Modifique-se a alínea “a” do inciso III do art. 3º do Projeto de Lei do Executivo nº 13, de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e acrescente-se-lhe item, renumerando os demais, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º  
.....  
III .....  
.....

a) Eixo Desenvolvimento Urbano, que tem por diretrizes:

1. melhorar a infraestrutura urbana, priorizando a mobilidade ativa e condições de habitabilidade;
2. aprimorar o planejamento do desenvolvimento, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a prevenir ocupações de risco à integridade da população e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;”

Sala de Sessões da Câmara Municipal do Recife, 16 de maio de 2022.





GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

Liana Cirne Lins  
Vereadora (PT)

Documento assinado digitalmente com usuário e senha por Liana Cirne.  
Proposição eletrônica M2015073731/14825. Para verificação de autenticidade utilize o QR Code exibido no rodapé.

---

**Gabinete da Vereadora Liana Cirne**

Câmara Municipal do Recife | Rua Princesa Isabel, 410 | Gabinete 27 | Boa Vista - Recife  
81 99960.1300 | [lianacirne@recife.pe.leg.br](mailto:lianacirne@recife.pe.leg.br) | [f](https://www.facebook.com/lianacirne) [i](https://www.instagram.com/lianacirne) [in](https://www.linkedin.com/company/lianacirne) /lianacirne | [www.lianacirne.com.br](http://www.lianacirne.com.br)



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de emenda objetiva, em termos gerais, incluir as diretrizes gerais que versam sobre o desenvolvimento das cidades, estabelecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, a fim de alinhar a destinação orçamentária municipal às conquistas históricas da população no âmbito do Direito à Cidade.

Nesse sentido, cabe pontuar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ter como premissa as necessidades da população. E, para tanto, é necessário que o orçamento seja destinado à concretização dos direitos e garantias positivadas no ordenamento jurídico e nas conquistas sociais fundadas na promoção dos direitos sociais.

À vista disso, vale salientar que o Direito à Cidade, considerado um direito humano e coletivo, é um compromisso ético e político de defesa de um bem comum essencial a uma vida plena e digna em oposição à mercantilização dos territórios, da natureza e das pessoas.

Em consonância a essa compreensão, reputa-se como essencial direcionar o orçamento público para a efetivação de diretrizes que fomentem o Direito à Cidade e todos os seus desdobramentos, tendo em vista que são elementos intrínsecos ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Esta emenda tem por objetivo, em específico, direcionar recursos para efetivação do direito à moradia adequada e o fomento à dignidade da pessoa humana, além da preservação ambiental.

A proposta está adequadamente fundamentada no art. 166, § 4º, da Constituição Federal; art. 98, § 3º, da Lei Orgânica do Município; e possui compatibilidade com o Plano Plurianual 2022-2025. Não havendo óbices legais à Emenda ora apresentada, requer sua aprovação por esta Casa.

Sala de Sessões da Câmara Municipal do Recife, 16 de maio de 2022.

Liana Cirne Lins  
Vereadora (PT)

